

**Atalia, a rainha regente de Judá (841 a 836 a.C.)**

Athaliah, the queen regent of Judah (841-836 BC)

Bruno Alves Coelho¹Matheus da Silva Carmo²

Resumo: Nosso artigo versa sobre a figura de Atalia (2Rs 11, 1-20), a única mulher a governar o Reino de Judá na Antiguidade. Nosso objetivo, dentro da História Política, é demonstrarmos a legitimidade de seu governo e como o poder feminino era desempenhado pelas mulheres de poder no Antigo Oriente Próximo, o que conseguimos nos valendo das metodologias da História Global. Ademais, lançamos mão da leitura crítica dos textos bíblicos que falam sobre Atalia, relacionando-os com a historiografia especializada em Israel e Judá. As conclusões obtidas são que o poder político feminino era possível e evidente na antiguidade oriental, realidade presente em todos os reinos daquela região do globo, e que Atalia foi uma rainha regente que governou Judá em favor de seu neto Joás, ajudando a preservar a Casa de Davi em um momento de crise dinástica.

Palavras-chave: Judá; Israel; Rainhas no Antigo Oriente Próximo; Atalia; Bíblia Hebraica.

Abstract: Our article deals with the figure of Athaliah (2Rs 11, 1-20), the only woman to govern the Kingdom of Judah in antiquity. Our objective, within Political History, is to demonstrate the legitimacy of its government and how female power was performed by women of power in the Ancient Near East, which we achieved using the methodologies of Global History. In addition, we use the critical reading of the biblical texts that speak about Atalia, relating them to the specialized historiography in Israel and Judah. The conclusions obtained are that the female political power was possible and evident in eastern antiquity, reality present in all the kingdoms of that region of the globe, and that Athaliah was a regent queen who ruled Judah in favor of his grandson Joash, helping to preserve the House of David in a time of dynastic crisis.

Keywords: Judah; Israel; Queens in the Ancient Near East; Athaliah; Hebrew Bible.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: brunocoelho@his.dout.ufmg.br

² Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: mateuscarmo.ms@gmail.com

Introdução

De 841 a 836 a.C. uma mulher reinou sobre Judá. A própria Bíblia Hebraica trata este importante evento da história judaíta como algo perverso e anômalo. Todavia, o fato de uma mulher de poder levantina reinar por respeitáveis dez anos sobre o Reino de Judá seria mesmo uma anomalia política na região do Antigo Levante? A rainha Atalia, diversas vezes não compreendida por pessoas de fé e também por estudiosos da Bíblia, oferece bela ocasião para os historiadores do presente fazerem um bom exercício intelectual e investigativo da História Global, entendendo esta metodologia com suas ressalvas para uma época tão recuada no tempo, mas, sobretudo, na articulação do local com o *global*, donde as relações locais, entendidas aqui como dadas em Israel e em Judá, estavam em profundo diálogo e conexão com as relações *globais*, isto é, o Levante, em específico, e o Antigo Oriente Próximo como um todo. Descartar a inserção de Israel e de Judá de todo este contexto, seria condenar qualquer pesquisa minimamente séria destes reinos antigos, pois, ficaríamos restritos a informações quase exclusivamente bíblicas, donde a tendência de análise seria o isolamento destes povos como uma cultura fechada em si mesma. Posto isto, torna-se necessária a pergunta de como eram as mulheres de poder no Antigo Oriente Próximo; melhor dizendo, como estas mulheres tinham acesso e mesmo poderiam exercer o poder na antiguidade nesta região?

Logo de início é preciso ressaltar que diversos reinos do Antigo Oriente Próximo tinham nomes para as mulheres da realeza que indicavam o correspondente feminino para rei: em Mari, a rainha era chamada de *šarratu*, equivalente e derivada de rei, *šarru*; na Assíria, a rainha era nomeada como *aššat šarri*, isto é, “esposa do rei”; em Ugariti, também havia nomenclatura para a rainha, *mlkt* (MARSMAN, 2003; SOLVANG, 2003). Todavia, mesmo em sociedades em que não havia uma forma linguística feminina correspondente a rei, a figura feminina existia e pode ter inclusive assumido o poder político reinol e governado utilizando o título masculino. É o caso, por exemplo, do Egito que, em variados momentos de sua história, teve uma mulher ocupando o lugar de governo como *Faraó*. É o que a historiografia registra, como ilustração para nosso artigo, do caso de Sobeknefu (1798-1794 a.C.), última governante da vigésima dinastia que usou o título masculino; Hatshepsut (1479-1458 a.C.), após a morte de seu marido Thutmose II, governou com as insígnias de um rei (MARSMAN, 2003).

O registro histórico do título “rainha” ou sua ausência apontam para a mesma realidade: mulheres exerceram o governo de reinos no Antigo Oriente Próximo. Assumir o controle político de um reino demonstra o auge do poder feminino nestas sociedades da Antiguidade. Todavia, este poder é exercido como decorrente e dependente do poder masculino, ou seja, estas mulheres assumem a regência dos reinos em detrimento da morte do esposo, o rei. Embora seja o auge do poder possível às mulheres, estas sociedades eram mais complexas, não só possibilitando o acesso ao poder por parte de certas mulheres da realeza, mas, exigindo delas efetiva participação na engrenagem política de sua época. Assim, este grupo de mulheres era utilizado como potencial aumento de poder paterno, na proposição de casamentos estratégicos, o que garantiria a perpetuidade de dinastias e de reinos e seus domínios regionais.

Para além do acesso de monarcas a outros reinos através do casamento *diplomático* e o conseqüente aumento de poder; além da função de procriação e a conseqüente criação de uma dinastia dominante, as mulheres da realeza participavam ativamente nas estruturas reinóis também pelas manufaturas, pelos serviços e pelos cultos (SOLVANG, 2003). A participação das mulheres da realeza na economia do reino se dava já no contrato de matrimônio com os vultuosos dotes pagos por seus pais ou irmãos. Os dotes eram símbolos de elevação social e, ao mesmo tempo, a primeira contribuição destas mulheres para a construção ou elevação da casa real. Ademais, estas mulheres realmente se colocavam como ativas na economia, pois, precisavam multiplicar estas finanças iniciais a fim de manter seu séquito e também seu prestígio. Daí, muitas mulheres foram importantes agentes da vida econômica ao se inserirem nas manufaturas têxteis, preparação de refeições, entre outros³. É preciso não subestimar a atividade destas mulheres na economia, pois, uma das principais formas de pagamento de tributos na Antiguidade se dava em produtos têxteis (SOLVANG, 2003). Muito próximo de seu papel na economia, estas mulheres da realeza participavam também de outros serviços ao reino, desde o aconselhamento aos reis, o cuidado com as viúvas e órfãos, representações em banquetes oficiais até o exercício da justiça, quando outro representante não era nomeado pelo rei (SOLVANG, 2003).

³ Elna K. Solvang (2003) nos oferece uma boa lista de atividades econômicas desenvolvidas por mulheres da realeza nas mais diversas sociedades do Antigo Oriente Próximo, para além das citadas no corpo de nosso texto. Entre elas: criação de ovelhas, cultivo de oliveira para a produção de azeite e de uva para a produção de vinho.

As mulheres da realeza também desempenharam papéis ativos no que tange à religião e o contato com as divindades, embora esta função também diga respeito, acima de tudo, ao rei. Ao lado dos reis, elas também exerceram função de sacerdotisas; no Novo Reino Hitita, por exemplo, o título de rainha era inseparável do de sacerdotisa (SOLVANG, 2003). Uma das funções dos reis dizia respeito à construção de templos e sua manutenção, além, claro, de prover o necessário para os cultos. Rainhas e outras mulheres da realeza como, por exemplo, princesas, também tomaram parte ativa nestas funções ao levarem adiante, como responsáveis, os processos de construção e decoração dos templos e das estátuas dos deuses (SOLVANG, 2003). Finalmente, a prática da designação das filhas, por parte da realeza, para tomarem parte e protagonismo nos cultos públicos como sacerdotisas, era uma importante forma de a realeza aumentar e divulgar sua influência na sociedade (SOLVANG, 2003), o que demonstra não apenas a íntima relação entre política e religião na Antiguidade, mas, também, o papel ativo das mulheres nesta seara do poder.

É neste contexto maior e compartilhado que as mulheres de poder de Israel e de Judá se encaixam. Na sequência, analisaremos as especificidades destas mulheres na participação do exercício do poder. Posteriormente, abordaremos o contexto político da Dinastia Omrida, fator determinante que possibilitará com que Atalia reine em Judá, personagem e reinado que trataremos em nossa última sessão neste artigo.

Levando em consideração o que foi acima exposto acerca do papel das mulheres de poder na Antiguidade Oriental, analisaremos o reinado de Atalia de Judá. A metodologia de análise escolhida por nós foi uma leitura crítica dos textos bíblicos que versam sobre Atalia, cotejados com a historiografia especializada na História Política de Israel e Judá. Ademais, de igual modo, correlacionamos Atalia com outras mulheres de poder do Oriente Próximo Antigo, amparados nas referências historiográficas que se detém sobre esta temática, objetivando compreender a forma como o poder feminino se estruturava na referida temporalidade, sobretudo no que tange às rainhas que atuaram como regentes.

1. As rainhas em Israel e Judá

A Bíblia Hebraica se refere às mulheres da realeza em Israel e em Judá como sendo semelhantes aos reinos vizinhos (SOLVANG, 2003). A estas mulheres

específicas, a participação mais elevada no poder se dava com o lugar social que passariam a ocupar após seus casamentos com outros reis: rainha-mãe, rainha consorte e, com menos frequência, rainha regente⁴.

Apesar de longa discussão acadêmica e sua ausência de consenso⁵, a Bíblia Hebraica, embora não tenha um termo para expressar “rainha”, utiliza o termo *gēbîrâ* (גְּבִירָא). Geralmente *gēbîrâ* é atribuída diretamente e sem muita análise à rainha-mãe. Todavia, esta é uma posição problemática, pois, nem toda rainha-mãe é nomeada desta forma. Logo, surge a igualmente problemática hipótese de que a *gēbîrâ* fosse como uma função oficial do reino ocupada por uma mulher de alto prestígio. Este argumento, embora atrativo, não pode ser comprovado historicamente, pois, não há fontes que permitam seu desenvolvimento. Assim, no que diz respeito à rainha-mãe e sua imediata relação com a *gēbîrâ*, concordamos com Zafria Ben-Barak de que “o simples fato de ser rainha-mãe não lhe conferia nenhum *status* político oficial além da honra que lhe era devida em virtude de sua posição de mãe” (BARAK, 1991, p. 34). Entendendo a *gēbîrâ* como uma alta posição política nos reinos de Israel e de Judá, todavia, não é possível estabelecer uma divisão muito clara entre ela e a rainha-mãe, uma vez que algumas mulheres que assumiram esta função, de fato, se tornaram rainhas mães (SOLVANG, 2003; KULOBA, 2014).

Nos Livros dos Reis, todos os monarcas de Judá vêm associados aos nomes de seus pai e mãe⁶. Este padrão utilizado pela Bíblia Hebraica nestes dois livros em específico é uma novidade nas elaborações de listas reais do Antigo Oriente Próximo, demonstrando a importância e a efetiva participação destas mulheres na vida pública do reino. Em Judá e em Israel, como em seus reinos vizinhos, a rainha-mãe desempenhava importante e elevada função política e social, a ponto de alguns especialistas afirmarem que “em geral, [a rainha-mãe] deveria ser a segunda pessoa mais poderosa do reino. Isso se devia ao fato dela ser a mãe do rei” (KULOBA, 2014, p. 345). Todavia, embora seja uma posição de privilégio ser a mãe do rei e, conseqüentemente, ser a chave que une duas gerações de governantes, isto é, seu esposo e seu filho, a grande importância da rainha-mãe não brotava apenas dos laços sanguíneos e simbólicos da realeza, mas, do

⁴ Este tema trataremos como estudo de caso na última sessão do artigo, com a figura de Atalia.

⁵ Solvang (2003) traz pormenorizadamente esta longa discussão acadêmica.

⁶ Há apenas duas exceções de reis que não têm suas mães nomeadas: Jorão (2Rs 8, 16-18) e Acáz (2Rs 16, 2-3). Estas omissões talvez sejam fruto de esquecimento.

seu local de origem e da sua capacidade de estabelecer fortes relações com outras pessoas do poder dentro e fora do reino (KULOBA, 2014).

Um dos principais papéis desempenhados pelas rainhas consortes logo após dar à luz o primogênito do sexo masculino era a tentativa de influenciar os reis em estabelecer oficialmente aquele filho como o sucessor ao trono. Embora, geralmente, fosse observada a tradição sucessória da primogenitura, havia situações que esta não era observada: ou por desejo direto do rei ou mesmo por influência da rainha-mãe em favor de outro filho homem; em todo o caso, a decisão final era sempre do rei. A Bíblia Hebraica registra situações em que a rainha-mãe garantiu a sucessão ao filho de sua predileção, como por exemplo, Betsabé em favor de Salomão (1Rs 1, 11). O fato de a rainha consorte, agora mãe de um filho legítimo do rei pleitear a sucessão para seu rebento, significava um considerável aumento de seu poder em todo o reino, afinal, após a morte de seu marido, ela seria a mãe do rei. A rainha-mãe, justamente por ter acesso e participação nas políticas do reino quando rainha consorte e certamente ter, oficialmente ou na intimidade, aconselhado e discutido estes assuntos com seu marido, exerceria influência fortíssima sobre seu filho que acabara de assumir o trono de seu pai. Não obstante, é preciso ressaltar que, embora poderosa e influente, a rainha-mãe, em assuntos de governo, tem seu poder de forma indireta, pois, emanado de seu marido ou de seu filho, isto é, o poder das rainhas dependia diretamente dos reis. Portanto, algumas rainhas desempenharam importantes funções políticas, mas isso parece ser devido ao caráter pessoal e não ao poder oficial (KULOBA, 2014).

2. Dinastia Omrida

Depois de sua “fundação” por Jeroboão I, Israel viveu uma série de disputas internas pelo trono israelita até o início da dinastia Omrida. Jeroboão I foi sucedido por Nadad, seu filho. Porém, ele foi assassinado por Baasa que assume o trono em seu lugar (1Rs 15, 25-33). Quando Baasa morreu, seu filho Elá assumiu o trono, mas foi derrubado por um militar chamado Zambri, que reinou por sete anos em Israel. Vemos aqui que graças a uma série de assassinatos régios, Israel não conseguiu, em seus primeiros anos, formar uma dinastia. Malgrado a isso, após esse período, Omri, comandante do exército de Israel, toma o poder de Zambri, inicia uma nova dinastia, a

dinastia omrida, que reinou em Israel por cerca de 42 anos, 884-842 a.C. (KAEFER; DIETRICH, 2022).

Conforme Mário Liverani, “o advento de Omri ao poder marca uma reviravolta decisiva no sentido de decolagem político-institucional e econômico no reino de Israel” (LIVERANI, 2008, p. 145). A dinastia iniciada com a chegada de Omri ao poder marcou o fim de um período de instabilidade interna em Israel. Agora, com a nova casa real, Israel não só gozava de estabilidade política interna, como pôde ambicionar crescer economicamente e territorialmente: “No tempo dos omridas, o Reino do Norte destacou as primeiras operações de construção monumental e atingiu seu primeiro período de prosperidade econômica e poder territorial” (FINKELSTEIN, 2015, p. 108).

Durante os anos da dinastia omrida, o reino de Israel se converteu em uma potência regional no Levante (MENDONÇA, 2017; KAEFER, 2020) e isso é atestado pelas inúmeras referências extrabíblicas à dinastia omrida e pela conhecida expansão territorial de Israel no período. A estela de Mesa, rei de Moab, constata o poderio militar e a expansão dos omridas ao declarar que eles se apoderaram dos territórios pertencentes a Moab por cerca de quarenta anos (GRESSMAN, 1926/1965): “Amri, rei de Israel, humilhou Moab muitos dias... Amri tinha ocupado toda terra de Madaba e habitou nela” (FINKELSTEIN, 2015, p.108). A partir disso, podemos perceber a forma como a dinastia omrida era conhecida “internacionalmente” em razão de seu poder e influência nos demais reinos levantinos, sobretudo os menos desenvolvidos.

Durante o domínio omrida, Israel conseguiu se expandir territorialmente (MENDONÇA, 2017). As zonas de expansão omrida foram: na região Leste até Gilead; na região Oeste até o Mar Mediterrâneo; ao Norte perto de Dã; e ao Sul sobre os reinos de Judá, Moab, Amon e Edom (KAEFER; DIETRICH 2022). Com isso, fica nítido que o reino de Israel, durante os anos da dinastia omrida, era um reino heterogêneo, formado por diversas populações diferentes, gerando assim uma forte diversidade populacional: “Os Omridas tinham uma agenda ambiciosa; eles optaram pela expansão para as terras baixas e além, e a criação de um grande Estado territorial, ‘multiétnico’” (FINKELSTEIN, 2001, p. 109). Ademais, os omridas contavam com um dos mais poderosos exércitos do Levante, o que é atestado, além da já citada estela de Mesa, também no monólito de Kurkh, do rei assírio Salmanasar III, que diz que o Israel Omrida, durante o reinado de Acab, comandava um exército com cerca de duas mil

bigas e dez mil soldados a pé (KAEFER, 2020), um número considerado elevado para a época.

Até a tomada de poder por Omri, a capital de Israel era Tersa. Mas, chegando ao poder, Omri funda uma nova capital, Samaria (1Rs 16, 23-24). Um dos motivos que podem ter levado Omri, fundador da dinastia, a mudar a capital de Israel seria o desejo de “estabelecer maior ligação com a planície costeira e o importante porto de Dor” (MENDONÇA, 2017, p. 112). Ou seja, Omri teria se preocupado em fazer sua capital se integrar às diversas partes do reino. Samaria não era apenas uma residência real, mas um ambicioso programa de construção que demonstrava o poderio omrida (LIVERANI, 2008). Samaria se converteu em uma das maiores, mais populosas e mais desenvolvidas cidades do Levante.

Um dos reis mais importantes da dinastia omrida foi Acab (873-852), que foi o monarca omrida que reinou por um período maior. Durante seu reinado, Israel se relacionou com as cidades fenícias de Tiro e Sidônia, o que proporcionou a Israel um contato com o comércio marítimo fenício (1Rs 16, 31-32), gerando muito lucrativo para Israel, fato que possibilitou ao reino gozar de uma atividade econômica comercial ainda mais efetiva. Como fruto dessa política de aproximação com os fenícios, Acab se casou com Jezabel, filha de Etbaal, rei dos sidônios (2Rs 16, 31). A figura de Jezabel é muito conhecida na Bíblia Hebraica, sendo geralmente associada à maldade, à ambição e à idolatria. Em certa medida, graças à ativa influência de Jezabel no reinado do seu esposo, Acab é avaliado negativamente pelo deuteronomista⁷ (MENDONÇA, 2017).

Como dissemos acima, durante o reinado da dinastia omrida, Judá esteve sob o domínio omrida. Enquanto Israel prosperava, “Judá permaneceu uma entidade marginal – uma espécie de estado cliente [de Israel] ao sul” (FINKELSTEIN, 2001, p. 105). A dominação omrida sobre Judá pode ser percebida claramente nas páginas da Bíblia

⁷ Para além de todos os estereótipos bíblicos, Jezabel foi uma mulher de poder, pois ela soube usar de sua posição como rainha consorte de Israel para governar quase que em pé de igualdade com Acab, um caso único na Bíblia Hebraica: “Diferente de qualquer outra mulher ou mãe do rei no Antigo Testamento, Jezabel foi uma rainha verdadeira, auxiliar e parceira no governo de seu marido [...] ela participou efetivamente nos assuntos de governo com o consentimento de seu marido” (BRENNER, 2001, p. 21). Uma das principais origens de seu poder e influência está no fato de Jezabel advir de uma família poderosa, pois seu pai era rei dos sidônios. Isso fez que ela gozasse de uma atuação importante na corte israelita. O caso de Jezabel é importante, pois demonstra como uma rainha consorte poderia ganhar grande notoriedade no reino e até mesmo participar, em alguma medida, de decisões tomadas pelo seu marido.

Hebraica. O rei judaíta Josafá se prontificou a ir à guerra com Acab em Ramot-Gilead (1Rs 22, 1-4): ele não só vai, como também se veste com as indumentárias régias. Isso indica a submissão de Josafá para com Acab (MENDONÇA, 2017). Outro aporte documental sobre a submissão de Judá para com Israel está em 1Rs 22, 45 onde diz que Josafá viveu em paz com Israel. Esta expressão pode ser interpretada no sentido de que Josafá se “entregou completamente” a Acab, rei de Israel (HOLLADAY, 2010). “O verbo traduzido por ‘viveu em paz’, é um *hifil* de *פָּלַח*, que pode ser traduzido como ‘viveu em paz’, ‘fez a paz’, ‘estabeleceu a paz’ ou ‘entregou-se completamente’” (MENDONÇA, 2017, p. 162).

Outra referência à vassalagem de Judá para com Israel foi o casamento diplomático entre Atalia, filha ou irmã de Acab, e Jorão de Judá. Em virtude desse casamento, os omridas passaram a influenciar internamente o reino de Judá com a presença de uma omrida como rainha consorte (FINKELSTEIN, 2001). Retomaremos a discussão sobre esse ponto posteriormente. Uma última referência sobre a submissão de Judá a Israel no período omrida foi que, durante a campanha do último rei omrida, Jorão, à região de Ramoth-Gileade, o rei judaíta Ocazias o acompanhou como vassalo (2Rs 9ss), o que acabou gerando sua morte por ocasião da revolta de Jeú.

A partir disso, podemos entender, pela da análise do contexto, que provavelmente, Judá era um reino vassalo dos omridas.

Jerusalem Não resta dúvida de que no Sul os omridas tinham o poder de dominar o reino de Judá, marginal e demograficamente empobrecido. [...] Tanto o texto bíblico quanto a Inscrição de Dã nos dizem que nas décadas seguintes os reis judaítas serviram às ambições militares dos omridas. De certa forma, estes foram os verdadeiros dias de uma Monarquia Unida, governada a partir de Samaria, não de Jerusalém (FINKELSTEN, 2001, p. 110, tradução nossa)⁸.

Como citado acima, durante o século IX a.C., Judá foi vassalo de Israel. Tal vassalagem, gerou alguns ganhos para Judá, sobretudo no que tange a ampliação territorial. Durante a dominação omrida, Judá, com o auxílio israelita, conseguiu se expandir para algumas regiões do Levante como a Alta Safelá, Arad e o vale de

⁸ “There can be no doubt that in the south the Omrides had the power to take over the marginal, demographically depleted kingdom of Judah. [...] Both the biblical text and the Dan Inscription tell us that in the next decades the Judahite kings served the military ambitions of the Omrides. In a way, these were the true days of a United Monarchy, one which was ruled from Samaria, not from”.

Bersabeia (SERGI, 2013). Isso demonstra que a presença e a influência omrida em Judá, de certa forma, também trouxe pontos positivos para os judaítas. Malgrado a isso, como veremos a seguir, tais aspectos positivos da dominação omrida de Judá não foram recordados pela historiografia deuteronomista.

2.1. Dinastia omrida na historiografia deuteronomista

Como vimos anteriormente, a dinastia omrida foi uma dinastia muito poderosa, transformando Israel em uma potência regional e submetendo Judá à condição de vassalo. Porém, a maneira como os omridas são retratados pela historiografia deuteronomista é fortemente negativa, o que fica claro na avaliação feita a cada um dos reis da referida dinastia. Nenhum dos reis omridas (Omri, Acab, Ocozias e Jorão)⁹ recebeu uma avaliação positiva por parte do deuteronomista (MENDONÇA, 2017), o que faz deles, em certa medida, uma espécie de “‘grandes vilões’ na História de Israel e Judá” (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p.155). Mas, dentre os omridas, a pior avaliação pertence ao rei Acab: “Acab, filho de Amri, fez mal aos olhos de Iahweh, mais do que todos os seus antecessores” (1Rs 16, 30).

Levando tais problemáticas em consideração, podemos ver claramente a animosidade do deuteronomista para com os omridas, visto que o deuteronomista converteu a dinastia omrida na pior de todas as dinastias que governaram Israel, porque eles são caracterizados como idólatras - adoradores de Baal - e imorais: “Os omridas são lembrados entre os mais desprezíveis personagens da história bíblica” (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 155). Mas, qual seria a origem da animosidade deuteronomista para com os omridas? Muitos debates historiográficos foram levantados na tentativa de mapear esta situação. Vale salientar que, tal como já vimos anteriormente, os judaítas eram vassalos dos omridas e que o próprio reino de Judá lucrou consideravelmente com

⁹ A avaliação do deuteronomista a Omri é a seguinte: Amri fez mal aos olhos de Iahweh, superando nisso todos os seus antecessores. Imitou em tudo a conduta de Jeroboão, filho de Nabat, e os pecados a que este levava Israel, irritando Iahweh, Deus de Israel, com seus ídolos vãos.” (1Rs 16, 28). A avaliação feita a Ocozias: “Fez mal aos olhos de Iahweh e imitou o comportamento de seu pai [Acab] e de sua mãe [Jezabel], e o de Jeroboão, filho de Nabat, que levava Israel a pecar. Prestou culto a Baal e prostou-se diante dele, provocando a ira de Iahweh, Deus de Israel, como fizera seu pai” (1Rs 22, 53-54). Por fim, a avaliação do reinado de Jorão de Israel: “Fez mal aos olhos de Iahweh, não porém, como seu pai e sua mãe, pois derrubou a estela de Baal que seu pai havia feito. Mas continuou apegado aos pecados de Jeroboão, filho de Nabat, fez Israel cometer e deles não se apartou. Dentre as avaliações, a mais incisiva é contra Acab e a mais branda é contra Jorão. Mas, em todas há a preocupação do deuteronomista em demonstrar que todos os omridas, sem exceção, “fizeram mal aos olhos de Iahweh”.

essa submissão, sobretudo no que tange a ampliação territorial. Porém, tais memórias “positivas” em relação aos omridas foram ofuscadas e o que ficou mais evidente foi a memória do “fracasso” da aliança entre omridas e judaítas que gerou a morte do rei Ocazias de Judá por Jeú no curso de sua “revolução” (2Rs 9, 27-29): “Foram as consequências políticas da aliança [judaítas e omridas] - a morte de um rei judaíta em uma batalha que travou pelos omridas - [...] que determinaram sua [Omridas] imagem negativa” (SERGI, 2016, p. 523). A morte de Ocazias de Judá gerou uma grande crise dinástica interna em Judá que quase decretou o fim da dinastia davídica (SERGI, 2016). Isso produziu em Judá uma memória negativa do contato político entre daviditas e omridas.

Por outro lado, os deuteronomistas tiveram contato, sobretudo a partir de 722 a.C., depois que diversos israelitas foram para Judá por ocasião da investida assíria contra Israel, com a literatura israelita produzida nos dias da dinastia Nimshida - dinastia fundada por Jeú depois de seu golpe contra os omridas (2Rs 9ss). Tal dinastia era adversa aos omridas e cultivava uma visão negativa para com os mesmos. A passagem da vinha de Nabot (1Rs 21ss) pode ter sido compilada originalmente em Israel, durante a dinastia Nimshida, com o objetivo de depreciar os omridas como reis cruéis e injustos (SERGI, 2016). “Claramente, esses relatos anti-omrida se originaram em Israel e foram a fonte da qual os escribas deuteronomistas extraíram a ‘pecaminosa’ imagem dos omridas” (SERGI, 2016, p. 505). O contato do deuteronomista com tais textos negativos para com os omridas reforçou sua hostilidade para com a dinastia de Omri, dando início a uma visão fortemente negativa sobre os omridas que não só apagam seus feitos políticos, mas os caracterizam como reis maus e corrompidos.

Levando em consideração as informações acima dispostas, percebemos que apesar da arqueologia ter classificado o poder e a importância dos omridas, a historiografia deuteronomista, devido à memória presente em Judá da morte do davidita Ocazias por causa da aliança de Judá com os omridas e do contato com textos e tradições israelitas anti-omridas da dinastia ninshida, forjou uma imagem fortemente negativa para com todos os integrantes dessa dinastia. Isso refletirá, como veremos a seguir, na forma como a Bíblia Hebraica apresenta Atalia e o período em que ela exerceu seu reinado em Judá, pois tal como o deuteronomista fez com todos os demais omridas, ele narrou sua história de modo altamente negativo.

3. Rainha Atalia¹⁰

Uma das personagens mais intrigantes da História de Israel e Judá é a rainha Atalia. De acordo com o texto bíblico de 2Rs 11, 1-20, depois da morte de Ocazias, seu filho, ela chacinou quase toda a estirpe de Davi para reinar por seis anos em Judá (841 a 836 a.C.). Porém, o plano de Atalia fracassa, pois ela não havia conseguido matar todos os daviditas. Um dos seus netos, Joás, foi salvo por Joseba, filha de Jorão, e colocado no Templo de Jerusalém. Quando Joás completou sete anos, ele foi proclamado rei pelo sacerdote Joiada e Atalia deposta, dando fim ao governo de Atalia e reestabelecendo o reinado dos daviditas. A narrativa sobre Atalia, tal como apresentada pela Bíblia Hebraica é nitidamente negativa, pois ela é apresentada como usurpadora e assassina, ou seja, uma governante ilegítima (KULOBA, 2014). Malgrado a isso, muitos estudiosos contemporâneos tendem a classificar que a narrativa bíblica sobre Atalia seja altamente ideológica com o objetivo de depreciá-la, sobretudo por sua origem omrida (QUINE; SCALES, 2020), fazendo que o texto de 2Rs 11, 1-20, tal como está na Bíblia Hebraica seja “anti-Atalia, anti-omrida e anti-israelita” (MULLEN, 1993, p. 30). Então, para melhor entendermos Atalia historicamente, faz-se necessário analisá-la não a partir da ideologia, mas sim a partir dos pressupostos históricos e políticos da época.

Um dos primeiros pontos a serem considerados é que Atalia, antes de governar Judá, já estava na corte judaíta por mais ou menos nove anos, dos quais, oito anos como rainha consorte de Jorão e um ano como rainha-mãe de Ocozias. A chegada em Judá de

¹⁰De acordo com o historiador israelense Yigal Levin (2020), nas pesquisas atuais sobre Atalia existem, basicamente, três linhas interpretativas sobre seu governo. A primeira o classifica como “idólatra”, uma vez que o texto bíblico que descreve seu reinado faz menção a um templo de Baal (cf. 2REIS 11,18). Atalia seria uma ávida adoradora de Baal e teria usado sua influência para introduzir o culto baalístico em Jerusalém. O problema dessa linha interpretativa é que em nenhum lugar no texto bíblico Atalia é relacionada explicitamente a algum templo de Baal. A segunda linha de interpretação salienta o lado “pessoal” de Atalia. Segundo essa corrente, como ela teria gozado de privilégios políticos durante toda a sua vida em Judá como esposa e rainha-mãe, não estaria disposta a abandonar sua posição privilegiada após a morte do filho e por isso teria matado todos que poderiam reivindicar o trono. Porém, tal linha interpretativa também não é satisfatória, pois provavelmente Atalia tinha outros filhos além de Ocozias, e se um deles assumisse, ela continuaria como rainha-mãe. A última linha de interpretação parece a mais concreta, pois está mais condizente com a leitura crítica exegética do texto bíblico. Essa linha tenta analisar o reinado de Atalia a partir do contexto político do Oriente Próximo Antigo, que permitia a existência de regentes femininas, como é bem-documentado nas fontes disponíveis sobre esse recorte histórico. Assim, Atalia seria não como uma usurpadora, mas uma rainha regente legítima que, por ocasião do assassinato de boa parte da família real judaíta na segunda metade do século IX a.C., governou interinamente em nome de Joás, seu neto. Concordamos com a terceira linha historiográfica sobre o governo de Atalia e a entendemos como uma rainha regente que não teria motivos políticos para empreender uma chacina contra os daviditas, visto que isso inviabilizaria seu próprio governo.

Atalia, filha/irmã do rei Acab¹¹, se deu por um casamento diplomático com Jorão, príncipe herdeiro de Judá (2Rs 8, 17-18). Na antiguidade oriental, casamentos diplomáticos entre dois reinos podiam simbolizar o estreitamento de laços. Tratando-se de Israel e Judá, tal como vimos, a relação era de suserania, por parte de Israel e vassalagem, por parte de Judá. Com isso, o casamento entre uma representante da casa suserana e vassala poderia significar um domínio mais efetivo do primeiro sobre o segundo (FINKELSTEIN, 2001) e parece ter sido o caso do casamento de Atalia e Jorão.

No âmbito pessoal, sendo a esposa proveniente da casa mais forte, como era o caso de Atalia, ela ganhava influência interna dentro da corte, convertendo-se em rainha consorte, e o filho por ela gerado seria o herdeiro real o que garantiria, em certa medida, a extensão da autoridade da rainha durante o reinado de seu filho (SPAINER, 1998). Podemos, então, perceber que Atalia, devido à influência de seu reino e de sua dinastia de origem, chegou em Judá com um *status* político elevado. Como já dito, o casamento de Atalia representou a extensão da ingerência omrida em Judá, pois Atalia era uma “representante real dos omridas [em Judá]” (MENDONÇA, 2017, p. 39). Certamente, Atalia foi para Judá com uma comitiva, como era de praxe das princesas do Oriente Próximo, o que fez a presença israelita em Judá ser ainda mais efetiva e notada.

Atalia, como rainha consorte, tinha a função de representar a estabilidade e a continuidade da dinastia, pois ela geraria o herdeiro. Ademais, a rainha consorte “na maioria dos casos, também teve um papel ativo no culto real, desfrutava de uma posição de autoridade sobre o harém real e tinha alguma influência política e outras tarefas administrativas no palácio” (SERGI, 2014, p. 200). Por falta de aparato documental, não temos detalhes sobre a atuação de Atalia na corte judaíta como rainha consorte. Mas, o texto bíblico testemunha a influência de Atalia na corte judaíta, pois ao apresentar o reinado de Jorão de Judá, o mesmo é avaliado negativamente pelo deuteronomista e a razão para tal são a presença e a influência de Atalia: “[Jorão] imitou o comportamento dos reis de Israel, como fizera a casa de Acab, pois foi uma filha de Acab, que ele tomou como

¹¹ O texto bíblico oferece duas possibilidades sobre quem seriam os pais de Atalia. De acordo com 2Rs 8, 18, ela é filha de Acab. Porém, 2Rs 8, 26 diz que ela era filha de Omri. Existe um forte debate sobre quem seria o pai de Atalia, Omri ou Acab, todavia, a resposta mais aceita é que ela era filha de Omri (LÓ, 2006). Independentemente se Atalia era filha de Acab ou de Omri, fato é que ela era filha de um poderoso rei de uma poderosa dinastia. Isso fez com que ela tivesse um *status* político muito considerável em Judá.

esposa” (2Rs 8, 18). Ao se referir à “filha de Acab”, o texto bíblico faz menção a Atalia. Com isso, vemos como ela tinha ingerência, a ponto de ser uma das principais causadoras do *pecado* do seu marido, o associando às práticas omridas¹², consideradas abomináveis pelo deuteronomista. Outro ponto importante a ser destacado é que Jorão é o único rei que tem referência direta à esposa na apresentação do seu reinado (LEVIN, 2020), o que reforça ainda mais a imagem da presença ativa de Atalia nesse período.

Após a morte de Jorão, Ocozias, filho de Jorão e Atalia subiu ao trono de Judá fazendo valer a premissa de que o filho de Atalia seria o herdeiro, mostrando seu prestígio interno. Ocozias era um rei que encarnava em si Israel e Judá, pois ele era judaíta, por parte de pai e omrida, por parte de mãe¹³. O texto bíblico chega a dizer que ele estava ligado com a família de Acab por afinidade (2Rs 8, 27). O termo em hebraico (אִינִי) traduzido por “afinidade” ou por “genro” pode indicar ainda “alguém que se torna parente de uma outra família pelo casamento [...] e que desfruta da sua proteção” (HOLLADAY, 2010, p. 170). Mais do que qualquer outro rei predecessor, Ocozias tinha uma íntima relação de submissão, por sua parte, e de proteção, por parte dos omridas, para com Israel. Além da conexão sanguínea, o texto bíblico do livro de Crônicas coloca Ocozias seguindo os caminhos omridas em consequência dos conselhos de Atalia, que o autor classifica como iníquos: “Ocozias também andou nos caminhos da casa de Acab, porque a mãe dele o aconselhava a cometer iniquidades” (2Cr 22, 3-4). Atalia havia se tornado conselheira de seu filho, uma atitude típica de uma rainha-mãe no Oriente Próximo: “Uma rainha-mãe poderia representar o povo perante o rei e ser seu conselheiro em assuntos de Estado” (MARSMAN, 2003, p. 370). Com isso, vemos

¹² "Seu casamento foi um casamento político, que estabilizou o status de Judá como protetorado de Israel. Através dela, os reis da Casa de Omri governaram de Dan a Bersabéia. Ela aparentemente trouxe uma delegação de escritores, artistas e cortesãos, que trazem alguma aparência de civilização para o 'sul selvagem' da terra de Canaã" (KNAUF, 2002, p. 23).

¹³ Uma questão que merece atenção, mas que não desenvolveremos de forma profunda dado os limites do presente trabalho, é a relação entre Atalia e o pan-israelismo. Uma vez desconsiderada a hipótese da existência histórica do reino unido de Israel e Judá no século X a.C., governado por Davi e Salomão (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003), a historiografia especializada, buscando compreender o desenvolvimento do forte sentimento de unidade entre Israel e Judá na Bíblia Hebraica, cunhou o termo “pan-israelismo” que seria a consciência identitária de união entre os reinos de Israel e Judá, com seus territórios e populações em um só reino unificado (KAEFER, 2016). A origem do desenvolvimento do pan-israelismo estaria na relação histórica entre os reinos Israel e Judá e suas populações. Como vimos, durante boa parte do século IX a.C., Judá foi vassalo de Israel, o que pode ter constituído uma das bases para a memória da unidade entre Israel e Judá (MENDONÇA, 2017). Outro ponto que pode ter sido fundamental para tal desenvolvimento foi a presença e o reinado de Atalia, princesa israelita, em Judá. Com ela, a influência de Israel em Judá se tornou muito evidente, constituindo assim um dos fundamentos para a formação dessa consciência de unidade entre Israel e Judá.

mais uma vez Atalia como uma mulher de grande influência interna na corte de Judá. O que já ocorrera nos dias de Jorão agora se repete nos dias de Ocozias.

O reinado de Ocozias, no entanto, durou apenas um ano, devido a seu assassinato por Jeú (2Rs 9, 27-29). Diante da vacância do trono judaíta, Atalia assumiu o poder e, apesar do texto bíblico não a chamar de rainha, assim como a nenhuma outra mulher judaíta ou israelita, 2Rs 11, 3 diz que ela “reinava sobre a terra”, reconhecendo assim a sua soberania: “a forma verbal מְלִיכָה “reinava” (qual particípio feminino singular de מָלַךְ “reinar” “dominar” “ser rei”) indica o aspecto duradouro da ação (LÓ, 2014, p. 30). Com isso, o texto bíblico citado faz que Atalia seja a única mulher israelita ou judaíta da Bíblia Hebraica a quem o verbo reinar (*melek*) seja atribuído a uma personagem feminina (SMITH, 2005). Muito se tem debatido sobre os eventos que levaram Atalia ao trono de Judá. Mas, a despeito do texto bíblico que a trata como uma governante ilegítima que tomou o poder por obra de um banho de sangue, muitos estudiosos têm considerado a possibilidade de ver o governo de Atalia como um governo legítimo, considerando o quadro pintado pela Bíblia Hebraica um tanto quanto exagerado e tendencioso.

Antes, porém, de falarmos sobre o governo de Atalia em si, faz-se necessário olharmos para outros reinos do Antigo Oriente Próximo e vermos se havia ali a possibilidade de uma mulher, legitimamente, assumir o trono. Temos dois principais casos de mulheres que governaram por um período determinado: Hatshepsut, governante egípcia da décima segunda dinastia que governou em nome do seu enteado Tutmés III, no início do século XV a.C., e Sammuamat, rainha da Assíria, que governou em nome de seu filho Addad-Nireri III na passagem do século VIII para o VII a.C. Um ponto que chama a atenção nos dois casos é que elas reinaram como regentes. Ou seja, em um momento político onde o herdeiro era muito novo para assumir, tais mulheres, cada uma em seu contexto, governaram como regentes até que o herdeiro fosse considerado apto a governar. Não havia possibilidade, na cultura política de então, de uma mulher assumir o poder e governar em seu próprio nome. O poder feminino na Antiguidade Oriental estava intimamente relacionado com a figura masculina (SMITH, 2005). Como foi o caso das duas rainhas citadas, tendo o herdeiro masculino idade para assumir o trono, a autoridade do mesmo era automaticamente reconhecida. A partir disso, Omer Sergi (2013, p. 237) conclui

Uma mulher agindo como a única soberana de um antigo reino do Oriente Próximo (como o reinado de Atalia é descrito em 2Rs 11, 1–3) é conhecido apenas na forma de regência. Isso ocorreu quando a herança dinástica foi perturbada pela morte de um rei que não tinha herdeiros, ou cujos herdeiros eram jovens demais para governar. Em tais casos a esposa principal poderia governar como coregente em nome do jovem herdeiro até que ele atingisse a maioria (SERGI, 2013, p. 237, tradução nossa)¹⁴.

Então, no Antigo Oriente Próximo, a única forma de governo permitida a uma mulher era a regência. Tendo isso em mente, muitos pesquisadores defendem que, na verdade, Atalia tenha se colocado como regente até que o jovem Joás fosse apto a governar Judá: “Devemos supor que, em vista da emergência criada pela revolução de Jeú, Atalia, por causa de sua posição-chave como rainha-mãe, prontamente assumiu o governo, apenas para entregá-lo a seu neto quando chegasse a hora” (LEVIN, 1982, p. 88). Com base em tal argumentação, a informação bíblica de que Atalia teria buscado matar todos os daviditas perderia sentido, uma vez que com a morte de Joás, seu governo perderia totalmente a legitimidade: “A condição básica para tal ‘regência’ era que fosse em nome de alguém para reinar. Ou seja, Atalia poderia ser uma ‘regente’ apenas enquanto seu neto Joás estivesse vivo. Se ela realmente o tivesse assassinado, ela não teria legitimidade para ocupar o trono!” (LEVIN, 2020, p. 13). Ainda, de acordo com o texto bíblico, Jeú havia matado 42 daviditas “irmãos” de Ocozias no curso de sua revolta (2Rs 10, 12-14). Se Jeú já havia matado 42 daviditas além do próprio Ocozias, quem poderia ter restado na linhagem dinástica para Atalia matar? (GOTTWALD, 2001). Provavelmente, o deuteronomista, para salientar a perversidade de Atalia e dos omridas, atribuiu a mesma a morte dos daviditas¹⁵.

¹⁴ “A woman acting as the sole sovereign of an ancient Near Eastern kingdom (as the reign of Athaliah is described in 2 Kings 11:1–3) is known only in the form of regency. This occurred when dynastic inheritance was disturbed by the death of a king who had no heirs, or whose heirs were too young to rule. In such cases the chief wife could rule as a co-regent on behalf of the young heir until he reached his majority”.

¹⁵ Além dos argumentos já demonstrados, é inimaginável pensar que Atalia teria deixado Joás, seu neto, escapar do massacre supostamente empreendido por ela. Outro ponto é que o menino Joás, segundo a narrativa, teria sido escondido no Templo e, quando ele foi apresentado como legítimo herdeiro, todos aceitaram sem conhecer sua procedência, confiando apenas na palavra do sacerdote. Historicamente, tal sequência de acontecimentos é no mínimo improvável: “A improbabilidade de tal série de eventos sugere que o autor do relato pode ter sido influenciado mais pela ideologia da sucessão ininterrupta da linhagem de Davi do que por uma versão precisa do passado” (MULLEN, 1993, p. 29). Outro ponto a ser levantado sobre a dificuldade histórica de assumirmos a chacina de Atalia dos daviditas é que muitos dos que ela supostamente matou eram, provavelmente, seus filhos e netos, visto que era costume uma mulher ter muitos filhos na Antiguidade. Atalia já tinha perdido sua base política internacional com a deposição dos

Outro ponto que merece atenção nessa discussão é sobre as bases de apoio de Atalia¹⁶. De acordo com o texto bíblico, ela reinou durante seis anos em Judá. Ela não o teria feito sem uma base política sólida. Provavelmente, a base de apoio de Atalia era o grupo político, que denominaremos de “Pró-Omrída”. Tal grupo estava no poder em Judá, pelo menos desde os dias de Josafá, e era favorável a uma aproximação tácita entre Judá e o Israel omrída, visto que durante o reinado dos reis judaítas Josafá, Jorão e Ocozias, o reino omrída de Israel era um dos mais hegemônicos do Levante. Sendo assim, é razoável supor que havia em Judá grupos políticos que advogavam pela aproximação e submissão de Judá para com Israel, como de fato foi feito, argumentando de que isso seria lucrativo para Judá. Para os partidários de Atália e do grupo pró-omrída, o fato de a rainha ter ascendência israelita e omrída não era motivo de depreciação, como se tornou para os deuteronomistas posteriormente, antes simbolizava o ideal empregado por eles de uma estreita aproximação entre Judá e o Israel Omrída.

Com a morte de Ocozias, Atalia se colocou como regente e o grupo pró-omrída a apoiou: “Se a nobreza de Jerusalém negociou o casamento [entre Atalia e Jorão] [...] provavelmente apoiou [...] seu reinado.” (BRANCH, 2004, p. 546). Levando isso em conta, é razoável supor que a elite hierosolimitana - pró-omrída - era a principal base de apoio de Atalia. Concluimos, assim, que não houve nenhuma mudança política com a subida de Atalia ao trono, afinal, ela representava o mesmo grupo político que estava no poder, garantindo assim a continuidade (SERGI, 2013). Atalia não só garantiu a continuidade dinástica, como também a continuidade governamental do grupo que representava. Por isso, em nenhuma medida, o governo de Atalia pode ser considerado “revolucionário” como o de Jeú, pois não interrompeu a ordem política vigente nem a dinastia reinante (SERGI, 2012).

O governo de Atalia, a despeito do texto bíblico, era um governo legítimo, o que mostra o quanto a influência omrída era presente em Judá (SERGI, 2013). Outro ponto que deve ser considerado é que a legitimidade dinástica de Atalia também estava no fato de ela ser vista, pelo menos pelos seus partidários, como um membro efetivo da casa de

omrídas em Israel, matar arbitrariamente a sua família a colocaria em um estágio profundo de isolamento, em uma sociedade onde os laços familiares eram muito importantes (SERGI, 2012).

¹⁶No curso do golpe sofrido por Atalia, o sacerdote faz a seguinte ameaça: “se alguém a seguir, passai-o a fio de espada” (2Rs 11, 15). Tal ameaça seria ilógica se não existissem grupos que pudessem se levantar em favor de Atalia (LÓ, 2006). Isso demonstra que, possivelmente, Atalia tinha uma base aliada considerável.

Davi. Atalia tinha sido esposa e mãe de daviditas, tornando-se assim, “parte da casa de Davi” (SOLVANG, 2003, p. 159), dando a ela viabilidade, em casos extremos, de assumir o trono em Judá (MULLEN, 1993). Ou seja, ela tinha toda possibilidade de ser regente em favor do seu neto Joás, pois tinha legitimidade dinástica para tal.

Além da legitimidade dinástica de Atalia e de sua base de apoio política, como demonstramos, ela construiu o poder ao longo da sua vida em Judá como rainha consorte e como rainha-mãe, e essa construção deu a ela autoridade real e poder de base para ser considerada apta a governar em nome de seu neto¹⁷ (BRENNER, 2001). Atalia assumiu, ao longo de sua vida, os postos mais altos que uma mulher poderia assumir na antiguidade oriental: princesa, rainha consorte, Rainha-mãe e, por fim, regente. Isso fez dela uma mulher muito poderosa, apta a governar: “É provável que Atalia tenha assumido o cargo de rainha-mãe. Com isso, competia-lhe a importante função de cuidar da estabilidade da realeza e, eventualmente, exercer a regência até que a ocupação por direito se tornasse viável” (LÓ, 2006, p. 86). A partir da consideração sobre a legitimidade de Atalia, Norman Gottwald (2001) argumenta que o deuteronomista não apresentou Atalia como rainha no texto, dando a ela atribuições próprias dos monarcas (tais como: idade ao assumir o trono; nome do pai, etc) porque de fato ela não era uma monarca “independente” como os outros. O seu poder dependia do seu neto Joás, uma vez que ela era sua regente, ou seja, governante interina, por isso ela não teria recebido a típica apresentação deuteronomista para os demais monarcas (MULLEN, 1993).

Apesar de não termos informações sobre os feitos de Atalia como governante, fato é que nos seis anos de governo, Judá se manteve estável (LÓ, 2006). Não há indícios de revoltas contra Atalia ou invasões estrangeiras nesse período. Por mais que não tenhamos detalhes sobre as ações de Atalia como governante, provavelmente ela foi muito astuta para conseguir manter o poder por um tempo considerável, em um contexto político “internacional” caótico com a revolta de Jeú em Israel: “Atalia reinou seis anos. Ela deve ter sido politicamente astuta para ter sobrevivido tanto tempo, especialmente quando outros – homens – duraram apenas semanas ou breves anos” (BRANCH, 2004, p. 554). Ou seja, a historiografia classifica que apesar da imagem

¹⁷ “Atalia esteve no governo de Judá durante o reinado de seu esposo Jorão, filho de Josafá [...] depois durante o reinado de seu filho Acazias (843-842), e depois da morte de Acazias, Atalia reinou soberana sobre Judá em Jerusalém por cerca de sete anos (842-836). Somando todo esse período, Atalia esteve presente no governo de Judá por aproximadamente dez anos” (MENDONÇA, 2017, p. 219).

construída pelo deuteronomista sobre Atalia, ela foi uma rainha com notórias habilidades ao exercer um governo eficiente em um momento político e histórico desafiador (SMITH, 2005).

Malgrado a isso, o grupo pró-omrida, que havia dado fundamentação ao governo de Atalia, a cada dia se enfraquecia mais. O motivo principal para isso era o fato de os omridas terem sido depostos por Jeú em Israel. Frente a tal cenário, outros grupos podem ter ganhado força em Judá, como os grupos mais favoráveis ao alinhamento de Judá para com os arameus, novos senhores do Levante por ocasião da queda dos omridas. Esse grupo pode ter sido representado pelos povos da terra (*am-há-arets*), que segundo o texto bíblico, se uniram ao sacerdote Joiada para depor Atalia. Os povos da terra eram, no período monárquico de Judá, grandes proprietários de terras do interior de Judá (DONNER, 2017).

De acordo com Mario Liverani (2008), diferentemente dos omridas que haviam se aliado com os fenícios, que tinham uma política mais aberta ao mundo mediterrâneo, a dinastia Nimshida buscou se aliar com os arameus que tinham uma proposta mais interiorana e agropastoril de gerir sua economia reinol. Provavelmente, tal proposta interiorana agradou os povos da terra, pois isso estaria mais alinhado com sua proposta econômica. Então, o objetivo não seria apenas depor a pessoa de Atalia, mas também o grupo político que ela representava, que já estava bastante enfraquecido por ter perdido o seu principal referencial que eram os omridas. Ademais, o grupo encabeçado por Joiada desejava se alinhar com os arameus e se realinhar com o reino de Israel, agora comandado pela dinastia Nimshida.

Os detalhes sobre como, historicamente, ocorreu a deposição de Atalia se perderam. O que temos no texto bíblico é uma descrição altamente ideológica. Mas, o que fica claro após a análise textual e historiográfica é que na descrição do rapto de Joás por Joseba, houve uma substituição de regência de Atalia por Joiada: “Talvez devêssemos entender as ações de Joseba não como uma tentativa de salvar Joás das garras de Atalia, mas como uma tentativa de roubá-lo (afinal, isso é o que diz!) e colocar-se como intercessora” (LEVIN, 2020, p. 17). Ou seja, estando Joseba associada a Joiada, de acordo com o livro de Crônicas Joseba era esposa de Joiada (2Cr 22, 11), ela, ao se colocar como intercessora de Joás, significaria que Joiada passaria a influenciar o menino, tornando-se assim o seu regente. Anteriormente, a regente de Joás

era sua avó Atalia, mas agora a regência seria empreendida por Joiada, representante do grupo alinhado com os interesses dos povos da terra. A influência de Atalia foi trocada pela influência de Joiada e por mais que Joás tenha sido coroado (1Rs 11,12)¹⁸, ele tinha apenas sete anos, sendo ainda muito novo para reinar de forma independente. Sua coroação foi mais um ato simbólico que efetivo, uma tentativa por parte de Joiada e seus partidários de revestir a deposição de Atalia de certa legitimidade, tentando fazer dela uma usurpadora. Então, quem governou Judá, pelo menos até sua aptidão política, foi Joiada que passou a controlar Joás, e conseqüentemente todo o reino de Judá (LEVIN, 2020).

Joás com a idade de sete anos era muito jovem e seu único ato político na época foi sentar-se no trono como um símbolo da legítima autoridade masculina. Ele não exercia nenhuma autoridade e influência política significativa. O mecanismo político de Judá estava nas mãos do sacerdote Joiada e de seus guardas leais que organizaram o golpe (KULOPA, 2014, p. 150, tradução nossa)¹⁹.

Com o estabelecimento do novo governo em Judá, não havia mais espaço para a presença de Atalia. Com isso, Atalia foi morta e o grupo político por ela representado perde toda força, o que fica claro pelo fato de uma tendência anti-omrida ter tomado a cultura política e literária de Judá nos anos posteriores. De acordo com 2Rs 11, 20, há um claro contraste entre o “Povo da Terra” e a “Cidade”. Enquanto os primeiros estavam em festa, os segundos estavam “calmos”²⁰. Podemos interpretar uma clara oposição entre o “povo da terra”, que festejou a deposição de Atalia e o “povo da

¹⁸ De acordo com Mario Liverani (1974) o desejo de Joiada era usurpar o trono de Atalia. Então, o menino Joás, ao passar para as mãos de Joiada e seus partidários, serviu como base de legitimação para as pretensões de Joiada. É importante salientar que o texto bíblico enfatiza a importância de Joiada no reinado de Joás, mostrando a tamanha influência que o primeiro tinha sobre o último: “Joás fez o que é agradável aos olhos de Iahweh, durante toda sua vida, pois o sacerdote Joiada tinha o educado” (2Rs 12, 2). A atuação de Joiada fez que, aos olhos do deuteronomista, Joás andasse nos caminhos de Iahweh, o que fica claro no emprego do termo hebraico *יָרַח* - que é um *hifil de יָרַח* - em 2Rs 12, 2 que transmite a ideia de que o sacerdote Joiada “instruiu” ou “dirigia” Joás (STRONG, 2002), mostrando assim a sua atuação ativa no reinado de Joás, possivelmente como seu novo regente. Aqui, o deuteronomista faz um paralelo entre Joiada e Atalia. Enquanto a presença de Atalia teria levado Jorão e Ocozias para longe dos caminhos de Iahweh, a presença do sacerdote Joiada faz Joás andar nos caminhos de Iahweh.

¹⁹ “Joash at the age of seven was very young and his only political act at that time was to sit on the throne as a symbol of legitimate male authority. He did not wield any significant political authority and influence. The political mechanism of Judah was in the hands of Jehoiada the priest and his loyal guards who had organized the coup”.

²⁰ O termo presente no texto hebraico de 2Rs 11, 20- *תַּחֲמֹת* - é um *qal* de *תַּחַם* e pode ser interpretado como “ficou calmo” e também traduz a ideia de “inatividade” (HOLLADAY, 2010). Dito isso, podemos deduzir que o texto queria passar a ideia de que a “cidade” ficou inativa diante da deposição de Atalia, reforçando assim a hipótese que a elite urbana de Jerusalém era sua principal base de apoio.

cidade”, entendido aqui como a elite urbana de Jerusalém, que não participou de tal ato por apoiar Atalia e seu governo (LÓ, 2006). Concluímos, assim, que “o golpe que tirou Atalia do trono de Jerusalém e Judá foi realizado pelos sacerdotes e o povo da terra. Estes dois grupos formavam um núcleo ou uma base de poder religioso e econômico em Judá. Ambos aproveitaram o momento propício para derrubar Atalia” (MENDONÇA, 2017, p. 285). Com a nova ordem política iniciada por Joiada, houve uma mudança nos rumos políticos de Judá, pois o grupo político que anteriormente estava no poder foi substituído por outro.

A morte de Atalia representou o alinhamento de Judá para com os Arameus, embora tal alinhamento tenha se tornado “oficial” apenas quando Joás pagou tributo a Hazael (2Rs 12, 18-19), e um realinhamento entre Israel e Judá. Assim como Israel tinha matado os omridas, agora Judá matara a última representante dessa dinastia: “Executar Atalia significava obediência à política de Jeú contra os omridas em Israel. [...] parece que a execução de Atalia foi motivada pela tendência política da elite judaíta para permanecer leal aos reis de Israel” (SERGI, 2013, p. 138-139).

Em nenhum momento Atalia é condenada pelo deuteronomista por seu gênero (ARNOLD; WILLIAMSON, 2011; LÓ, 2016) e ela não é, em tempo algum, relacionada diretamente com o culto a Baal (LEVIN, 2020). Sugerimos, a partir disso, que a origem da animosidade entre o deuteronomista, que escreveu cerca de um século depois do seu reinado em Judá, e Atalia, está no fato dela ter raízes na dinastia omrida. Por isso, ela foi taxada pelo autor bíblico de uma forma tão depreciativa e negativa, assim como o foram os demais reis e membros da dinastia omrida. Isso foi um fator determinante para a construção negativa da figura de Atalia. Se, por um lado, a associação de Atalia com os daviditas pode ter sido um ponto salientado pelo grupo político que apoiou Atalia e seu governo, assim como sua ascendência omrida, só que por um viés positivo; por outro, sua ascendência omrida foi enfatizada negativamente pelo grupo contrário a ela e, posteriormente, pelos deuteronomistas, fazendo que o mesmo peso negativo que recaiu sobre Acab e os omridas recaísse também sobre ela.



Considerações finais

Os estudos bíblicos são majoritariamente liderados por teólogos e cientistas da religião e, no campo da História, são ainda abordados de forma incipiente e não raras vezes inadequadamente. Justamente por se tratarem de campos do saber voltados para as práticas religiosas, muitas das quais ainda ativas em nossos tempos, a pesquisa histórica, pode agregar valor às pesquisas sobre Antigo Oriente Próximo, e perceber que, apesar das estruturas patriarcais daquelas sociedades, a participação feminina no poder e na atividade política não se dava nem por intransigência ou desvio de caráter das mulheres, nem tampouco pela incapacidade masculina que regulava o exercício do poder. Assim, embora de fato o exercício do poder e a dominância política fossem espaços predominantemente masculinos, em hipótese alguma as mulheres não estavam inseridas neste processo; melhor dizendo, embora o poder político feminino estivesse atrelado e mesmo decorresse do masculino, mulheres da realeza tinham parte ativa no governo de seus reinos. Donde nossa primeira conclusão: no Antigo Oriente Próximo, o exercício do poder jamais foi exclusividade dos homens.

O que nos leva a outra importante conclusão: o exercício da monarquia dependia da interação das funções e dos poderes masculino e feminino, o que soterra a falsa e tradicional dicotomia de homens públicos e mulheres restritas ao doméstico. Portanto, estas mulheres da realeza exerciam seu poder não porque simplesmente estavam atreladas aos reis, mas, porque exerciam funções específicas a elas destinadas, desde sua ação na família, base de todo sistema de poder da Antiguidade, até sua ação pública na prática do poder e na consolidação simbólica da família real. Todavia, é preciso ressaltar, não queremos afirmar em hipótese alguma que o papel feminino nas monarquias e o exercício do poder no Antigo Oriente Próximo tenham alguma relação com as reivindicações de igualdade de gênero da contemporaneidade, pois, há evidente desequilíbrio. Este desequilíbrio, porém, não deve cegar o pesquisador em perceber que a monarquia ou o exercício do poder nestas sociedades jamais foram exclusividades masculinas.

Por fim, ressaltamos a importância dos estudos de gênero para melhor compreensão da Antiguidade. Todavia, tal perspectiva não pode se sobrepôr às relações históricas estabelecidas entre aquelas diversas culturas que viveram no Antigo Oriente Próximo. Perceber as conexões entre estas diversas culturas e suas estruturas de poder

mostrou-se revelador para que não cometamos o anacronismo histórico de imaginar uma rainha regente legitimamente no exercício do poder e apoiada pelas camadas dirigentes, simplesmente, de uma hora para outra, ser deposta de seu trono pelo *simples fato de ser mulher*. O fato é que o gênero do governante naquele momento histórico de Judá era irrelevante: Atalia governava como viúva do antigo rei e como mãe do próximo. Atalia teve sua legitimidade no trono judaíta enquanto os omridas eram fonte de poder e prestígio para aquele Reino. A partir do momento em que a dinastia omrida foi deposta pela revolução de Jeú em Israel, aos poucos o Reino de Judá foi notando que nova ordem política se impunha no Levante e, por isso, não era mais interessante estar sob o governo de uma omrida. Enfim, Atalia governou com legitimidade e apoio dos potentados de Judá, mas, uma vez perdida sua força política regional, por questões políticas e não de gênero, foi deposta do trono, pois, já havia cumprido seu papel: governou Judá e garantiu a continuidade da dinastia davídica que, agora, seria influenciada pelos novos interesses estabelecidos pela política regional.

Referências bibliográficas

ARNOLD, Bill T.; WILLIAMSON, Hugh G. M. (Eds.). **Dictionary of the Old Testament: Historical Books**. Westmont: InterVarsity Press, 2005.

BARAK, Zafria Ben-. The Status and Right of the Gēbîrâ. In: **Journal of Biblical Literature** 110, 1991, p. 23-34.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2012.

BRANCH, Robin Gallaher. Athaliah, a treacherous queen: A careful analysis of her story in 2 Kings 11 and 2 Chronicles 22: 10-23: 21. In: **Die Skriflig**, v. 38, n. 4, 2004, p. 537-559.

BRENNER, Athalya (Ed.). **A mulher israelita: papel social e modelo literário na narrativa bíblica**. Paulinas, 2001.

DONNER, Herbert. **História de Israel e dos povos vizinhos: dos primórdios até a formação do Estado**. São Leopoldo: Sinodal, 2017.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. **A Bíblia não tinha razão**. São Paulo: A Girafa, 2003.



FINKELSTEIN, Israel. **O Reino esquecido: Arqueologia e História de Israel Norte**. São Paulo: Paulus, 2015.

FINKELSTEIN, Israel. The Rise of Jerusalem and Judah: The Missing Link. In: **Levant**, v. 33, n. 1, 2001, p. 105-115.

GOTTWALD, Norman Karol. **The politics of ancient Israel**. Westminster John Knox Press, 2001.

GRESSMAN, H. **Altorientalische Texte zum Alten Testament**. Berlin/Leipzig: 1926/1965, p. 440-441.

HOLLADAY, William. **Léxico Hebraico e Aramaico do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2010.

KAEFER, José Ademar; DIETRICH, Luiz José. A consolidação dos reinos de Israel Norte e Judá. In: NAKANOSE, Shigeyuki; DIETRICH, Luis José; KAEFER, José Ademar; MARQUES, Maria Antônia; FRIZZO, Antônio Carlos. **Uma História de Israel: Leitura Crítica da Bíblia e Arqueologia**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2022, p. 115-153.

KAEFER, José Ademar. **Arqueologia das terras da Bíblia**. Volume II. São Paulo: Paulus, 2016.

KNAUF, E. A. **The Queens' Story: Bathsheba, Maacah, Athaliah and the 'Historia of Early Kings'**, *Lectio Difficilior* 2, 2002.

KULOBA, Robert Wabyanga. Athaliah of Judah (2 Kings 11): A Political Anomaly or an Ideological Victim?. In: ADAM, A. K. M.; TONGUE, Samuel (eds.). **Looking through a glass Bible: postdisciplinary Biblical interpretations from the Glasgow School**. Boston: 2014, p. 139-152.

LEVIN, Yigal. עתליה: נסיכה משומרון בממלכת יהודה (Atalia: uma princesa de israelita na corte de judaíta). In: **Judea and Samaria Research Studies**, Ariel University Center of Samaria, v. 9, ed. 1, p. 5-36, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/63504985/Athaliah_An_Israelean_Princess_in_the_Judahite_Court_in_Hebrew_ Acesso em: 18 fev. 2023.

LEVIN, Christoph. **Der Sturz der Königin Atalja**. Verlag Katholisches Bibelwerk, 1982.

LIVERANI, Mario. L'histoire de Joas. **Vetus Testamentum**, v. 24, n. 4, p. 438-453, 1974.

LIVERANI, Mário. **Para além da Bíblia: história antiga de Israel**. São Paulo: Paulus, 2008.



LÓ, Rita de Cássia. **Atália Rainha de Judá: Leitura Exegética e Histórica de 2 Reis 11.1- 3,13-16**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

MARSMAN, Hennie J. **Women in Ugarit and Israel: their social and religious position in the context of the Ancient Near East**. Boston: Brill, 2003.

MENDONÇA, Elcio V. S. **A Dinastia Omrida: Reconstrução do Primeiro Estado Independente de Israel a partir da Bíblia e da Arqueologia**. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

MULLEN, E. Theodore. **Narrative history and ethnic boundaries: the deuteronomic historian and the creation of Israelite national identity**. Scholars Press, 1993.

SCALES, Joseph; QUINE, Cat. Athaliah and Alexandra: Gender and Queenship in Josephus. In: **Journal of ancient Judaism**, v. 11, n. 2, p. 233-250, 2020.

SERGI, Omer. Judah's Expansion in Historical Context. In: **Tel Aviv**, v. 40, n. 2, 2013, p. 226-246.

SERGI, Omer. Queenship in Judah revisited: Athaliah and the Davidic Dynasty in Historical Perspective. In: **Tabou et transgressions: Actes du colloque organisé par le Collège de France**, Paris, les. 2012. p. 11-12.

SERGI, Omer. The Alleged Judahite King List. Its Historical Setting and Possible Date. In: **Semitica**, v. 56, 2014, p. 233-247.

SERGI, Omer. The Omride Dynasty and the Reshaping of the Judahite Historical Memory. In: **Biblica**, 2016, p. 503-526.

SMITH, Carol. Realeza feminina em Israel? Casos de Betsabéia, Jezabel e Atalia. In: DAY, John. **Rei e Messias em Israel e no antigo oriente próximo**. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 149-171.

SOLVANG, Elna k. **A Woman's Place is in the House. Royal Women of Judah and their Involvement in the House of David**. London: Sheffield Academic Press, 2003.

STRONG, James. **Dicionário Bíblico Strong: Léxico Hebraico, Aramaico e Grego de Strong**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002.

TOSELI, CECILIA. **O Êxodo como tradição fundante de Israel Norte a partir de 1 Reis 12, 26-32**. 2016. [142f]. Dissertação (Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo.